

Trimestre será decisivo

ANA CRISTINA DUARTE

Abril é o primeiro de uma série de três meses em que o Brasil terá de cumprir uma rígida política monetária e fiscal. Pelo menos para a maioria dos economistas é o início de um período do qual dependerá o crescimento ou a estagnação da economia.

A queda do dólar, a redução de 2% para 0,5% na alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) das aplicações de investidores externos em fundos de renda fixa no país e o corte de 75% para 30% no percentual de depósitos compulsórios dos bancos que compram dívidas em moeda americana foram suficientes num primeiro momento para aliviar o sufoco no qual o país mergulhou com a crise cambial. E para trazer de volta o capital de curto prazo ao Brasil. "Mas isso não significa que estamos livres do pior", avisa o professor Luiz Roberto Cunha, da PUC-RJ.

Recessão persistente – Segundo ele não há ainda nenhuma hipótese de que a recessão venha a acabar, puxada pelas recentes quedas nos índices de inflação. A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), por exemplo, constatou que na capital paulistana o reajuste médio de preços na primeira quadrissemana deste mês foi de 0,96%, bem abaixo do 1,24%

da quadrissemana anterior. Em abril, esta tendência não deverá se repetir.

"Por se tratar de um mês em que a sazonalidade é levada em conta em função da entrada da coleção outono-inverno, abril deverá tornar a puxar a inflação para o alto, como o que aconteceu com a redução no consumo, que jogou os índices de fevereiro e março para baixo", afirma Cunha. Isso sem falar no reajuste de energia e no aumento pretendido pelo governo para a gasolina no próximo mês, em função da mudança no preço internacional do petróleo. Segundo o economista, estes poderão ser outros dois vilões responsáveis pela volta do aumento na inflação. "Se o governo insistir em modificar o valor da gasolina, voltará a cutucar o dragão com vara curta", diz o professor de matemática financeira Luís Carlos Ewald.

Para o economista e ex-diretor do BC Carlos Thadeu de Freitas, o mês de abril inicia um movimento de transição. "Até agora o governo conseguiu trazer de volta o crédito externo de curto prazo. É preciso que as empresas brasileiras voltem a lançar eurrobônus lá fora e que o crédito saudável, aquele que fica e não vai embora amanhã, volte a sanear a economia", diz. "Caso contrário o dólar não irá recuar muito além do que já recuou."

Salários – Thadeu aponta que, no mês de maio, o país ainda terá de arcar com a discussão em torno do reajuste do salário mínimo. "O que não coloca o mês de abril como o mês da resolução", explica. "As discussões sobre reindexação perderam força", diz Cunha. "O que o governo não pode fazer é sancionar a queda recente dos índices de inflação", completa Thadeu.

Quanto às taxas de juros, Cunha acredita que ainda permanecerão altas por um bom tempo. "A rigidez deverá continuar. Daqui até maio, o brasileiro viverá três meses críticos para que haja uma retração mais clara da inflação e para que a economia de fato possa entrar novamente num ciclo de crescimento a partir do segundo semestre."

A redução da taxa Selic de 45% para 42%, promovida na semana passada pelo Banco Central, não baixou a bola dos investimentos em fundos de renda fixa. Mas a volta do dólar a patamares inferiores a R\$ 2 fez com que as cotações na bolsa tornassem a subir. "Os fundos de ações voltaram a encontrar espaço nas aplicações mais agressivas", diz Ewald. Já os fundos atrelados à variação do CDI continua com liquidez badalada em função da permanência das altas taxas de juros".